



Em **S**ociedade

ESPAÇO PÚBLICO E COTIDIANO PERIFÉRICO: um estudo da Praça do Cristo no Barreiro, Belo Horizonte

PUBLIC SPACE AND PERIPHERAL EVERYDAY LIFE: a study of Praça do Cristo in Barreiro, Belo Horizonte

Miguel Vitor de Araújo Vieira¹

RESUMO

O espaço público nas periferias urbanas configura-se como um campo atravessado por disputas simbólicas, usos múltiplos e práticas de pertencimento que ultrapassam a materialidade física. A pesquisa problematiza como esses espaços são vividos, ressignificados e reinventados no cotidiano, contrapondo-se às leituras que os reduzem à ausência ou à precariedade. O objetivo foi compreender as dinâmicas sociais, afetivas e culturais que se articulam na Praça do Cristo, localizada no bairro Milionários, na região do Barreiro, em Belo Horizonte, entendendo-a como expressão das tensões e potências do cotidiano periférico. A metodologia adotada foi qualitativa, de inspiração etnográfica, com observações realizadas em diferentes dias e horários da segunda quinzena de julho de 2025, a fim de captar a diversidade de fluxos, usos e ambiências que caracterizam o espaço. Essa aproximação permitiu identificar como práticas comuns como: o brincar de crianças, o

¹ Licenciado e bacharel em História (PUC Minas), mestre em Ciências Sociais (PUC Minas) e doutorando em Ciências Sociais (PUC Minas). Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6056-5019> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0921017397810376>; E-mail: miguelaraujovieira47@gmail.com



convívio entre gerações, a presença de vendedores informais, as performances musicais e os encontros afetivos, produzem sentidos coletivos e configuram o espaço público como território relacional. Os resultados demonstram que a praça não se limita ao monumento ou à sua estrutura física, mas se afirma como lugar de circulação comunitária, encontro e expressão cultural, revelando sua centralidade simbólica e afetiva para os moradores da região e contribuindo para repensar concepções sobre a vida urbana nas periferias.

Palavras-chave: Espaço público, periferia urbana, cotidiano, sociabilidade, cultura.

ABSTRACT

Public space in urban peripheries constitutes a field shaped by symbolic disputes, multiple uses, and practices of belonging that extend beyond mere physical materiality. The relevance of this brief study lies in problematizing how these spaces are experienced, resignified, and reinvented in everyday life, challenging interpretations that reduce them to absence or precariousness. The objective was to understand the social, affective, and cultural dynamics articulated in Praça do Cristo, located in the Milionários neighborhood, in the Barreiro region of Belo Horizonte, interpreting it as an expression of the tensions and potentials that characterize everyday peripheral life. The methodology adopted was qualitative, inspired by ethnographic approaches, with observations conducted on different days and at different times during the second half of July 2025 in order to capture the diversity of flows, uses, and atmospheres that characterize the space. This approach made it possible to identify how ordinary practices—such as children’s play, intergenerational interaction, the presence of informal vendors, musical performances, and affective encounters—produce collective meanings and configure public space as a relational territory. The results show that the square cannot be reduced to the monument or its physical structure alone; rather, it emerges as a place of community circulation, encounter, and cultural expression, revealing its symbolic and affective centrality for residents of the region and contributing to rethinking conceptions of urban life in peripheral areas.

Keywords: Public space, urban periphery, everyday life, sociability, culture.

1 INTRODUÇÃO

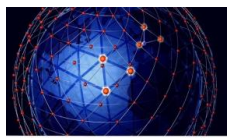
Discutir o espaço público nas periferias urbanas significa enfrentar um campo marcado por tensões entre desigualdade estrutural, segregação socioespacial e criatividade cotidiana. Nas metrópoles brasileiras, inclusive em Belo Horizonte, os espaços públicos periféricos expressam dinâmicas complexas de exclusão, circulação e pertencimento, revelando disputas simbólicas e formas de sociabilidade que ultrapassam sua materialidade física (Mendonça; Andrade; Diniz, 2019; Miranda-Ribeiro; Garcia, 2004). Trata-se de espaços que não podem ser reduzidos apenas à precariedade urbana, pois também se configuram como territórios de



produção cultural, convivência comunitária e reinvenção cotidiana. Nesse sentido, compreender os usos desses espaços exige atenção às práticas ordinárias e às formas concretas de apropriação construídas pelos sujeitos periféricos (Magnani, 2002; D'andrea, 2020).

Essa perspectiva crítica se torna ainda mais urgente diante do avanço de processos de segregação urbana que acentuam o enclausuramento de alguns grupos e reforçam a marginalização de outros. Em Belo Horizonte, tais processos possuem raízes históricas relacionadas à própria formação da capital planejada, marcada desde sua origem por mecanismos de diferenciação territorial e exclusão socioespacial (Fernandes, 2021). Estudos recentes demonstram que a metrópole permanece atravessada por dinâmicas de hipersegregação e concentração desigual de investimentos urbanos, afetando diretamente as formas de acesso, circulação e permanência nos espaços públicos (Mendonça; Andrade; Diniz, 2019). Ademais, as políticas de requalificação, frequentemente apresentadas como instrumentos de democratização do espaço, podem operar, na prática, como mecanismos de exclusão simbólica, ao restringirem os usos populares em nome de uma suposta ordem ou de padrões estéticos normativos. No entanto, as práticas que emergem nesses espaços: a música alta, o comércio informal, o brincar livre, os encontros afetivos, revelam que a vitalidade da cidade reside justamente na capacidade de reinvenção cotidiana de seus habitantes. Reconhecer essa potência é deslocar a análise do déficit para a agência, da ausência para a criação.

É nesse horizonte que se insere o presente artigo, cujo foco recai sobre as dinâmicas de uso e apropriação da Praça do Cristo, situada no Barreiro, em Belo Horizonte. Mais do que examinar um espaço delimitado, o interesse está em compreender como práticas diversas, atravessadas por afetos, tensões e redes comunitárias, atualizam permanentemente o sentido de espaço público na periferia. Para tanto, o artigo parte de uma revisão teórica que problematiza a noção de espaço público em contextos de desigualdade, desloca o olhar para as especificidades das periferias urbanas e, em seguida, apresenta os resultados de uma aproximação etnográfica realizada na Praça do Cristo. Ao final, são discutidas as implicações dessa análise para a compreensão mais ampla do espaço público contemporâneo e seus desafios nas bordas urbanas.



2 NOTAS PARA COMPREENDER O ESPAÇO PÚBLICO NAS PERIFERIAS URBANAS

Observar os usos cotidianos de um espaço público localizado na periferia urbana exige, antes de qualquer coisa, uma compreensão mais ampla dos sentidos sociais e políticos que atravessam essa noção, especialmente em contextos marcados pela desigualdade. Não é um conceito fixo ou neutro: ele se constitui como um território de disputas, de apropriações diversas e de negociações simbólicas que expressam processos históricos, relações de poder e formas de resistência cultural. Mais do que um lugar físico e aberto, trata-se de um campo relacional, onde diferentes modos de vida, regimes de visibilidade e interesses entram em confronto. Como apontam Andrade e Baptista (2015), o espaço público deve ser pensado não como uma categoria homogênea, mas como uma multiplicidade de formas de interação e apropriação, em que distintos sujeitos sociais disputam legitimidade, reconhecimento e permanência. Ao analisar experiências de sociabilidade em espaços públicos no Brasil e em Portugal, os autores destacam que “a abertura e o encontro com o desconhecido geram uma imprevisibilidade constitutiva do espaço público, onde o conflito não é anomalia, mas característica” (Andrade; Baptista, 2015, p. 132).

Essa perspectiva se alinha à abordagem crítica defendida por Magnani (2002), que propõe uma etnografia urbana “de perto e de dentro”, voltada à análise das práticas concretas que dão vida aos espaços urbanos. Ao rejeitar tanto os diagnósticos generalistas sobre a degradação urbana quanto os discursos pós-modernos excessivamente abstratos, Magnani argumenta que as formas de sociabilidade em territórios populares devem ser lidas a partir dos vínculos e usos cotidianos, muitas vezes informais, que estruturam a cidade por dentro. “São os circuitos culturais, os fluxos e os pontos de encontro que, muito mais que o desenho urbano, definem os lugares da cidade” (Magnani, 2002, p. 16). É nesses circuitos que se evidencia o caráter relacional dos espaços urbanos e a sua capacidade de produzir pertencimento, mesmo diante de adversidades.

Ao deslocar o olhar para as periferias urbanas, essas questões ganham novos contornos. Trata-se de territórios frequentemente marcados por estigmas. Kessler (2012), ao analisar o caso do bairro conhecido como “Fuerte Apache”, na Grande Buenos Aires, revela como a associação midiática entre território e criminalidade produz efeitos concretos sobre os

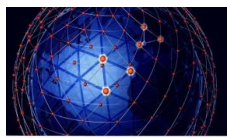


moradores, tanto na forma como são vistos externamente quanto na sua própria constituição subjetiva. “A nomeação do bairro como *Fuerte Apache* teve um efeito de cristalização do estigma, capaz de mobilizar toda uma gramática de exclusão simbólica e material” (Kessler, 2012, p. 168). Essa “cerimônia de degradação” é operada pela linguagem e pelos dispositivos de comunicação pública, que transformam o lugar em sinônimo de perigo, independentemente da vivência real ali existente.

Wacquant (2006), por sua vez, amplia essa análise ao propor o conceito de “marginalidade avançada”, referindo-se a um novo regime urbano marcado por exclusão persistente, desconexão funcional e desintegração dos direitos sociais nos bairros populares. Para o autor, a estigmatização territorial não apenas reforça a separação espacial, mas produz um tipo de desqualificação moral coletiva, uma mácula territorial como marca simbólica que ultrapassa a pobreza material e atribui aos moradores uma forma de alteridade negativa (Wacquant, 2006, p. 29). Esses “espaços penalizados” passam a ser lidos como zonas de exceção, onde a presença pública de certos sujeitos, sobretudo jovens, negros e periféricos, é automaticamente associada a ameaça, desordem ou ilegalidade.

Contudo, é fundamental afirmar que os sujeitos que habitam esses espaços não são apenas vítimas de processos de estigmatização e exclusão. São também produtores de sentidos, práticas e formas de existência que tensionam a lógica dominante. Nesse sentido, a noção de sujeitas e sujeitos periféricos, proposta por Tiaraju D’Andrea (2020), oferece uma contribuição decisiva para reorientar a análise. Longe de ser uma categoria puramente descritiva, ela se fundamenta na ideia de que os moradores das periferias constroem, a partir de suas vivências e repertórios culturais, modos próprios de atuação política, estética e epistemológica. A experiência da periferia, antes entendida como ausência ou déficit, passa a ser afirmada como lugar de enunciação legítima, de produção de saberes e de afirmação de sujeitos (D’Andrea, 2020, p. 21). A presença de coletivos culturais, rodas de conversa, práticas musicais e expressões artísticas diversas nas periferias evidencia uma vitalidade cultural que escapa à lógica do déficit e reposiciona esses territórios no mapa simbólico da cidade.

Essa perspectiva também permite ler as práticas cotidianas de ocupação do espaço público como formas de resistência, ainda que nem sempre explícitas. Como lembra Leite

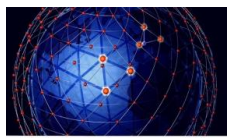


(2008), as cidades contemporâneas têm assistido à intensificação de processos de gentrificação simbólica, nos quais certos espaços são reconfigurados para atender a demandas de consumo cultural e lazer “qualificado”, em detrimento dos usos populares e cotidianos. Mesmo quando não há remoção física, há tentativas de disciplinamento dos corpos e das práticas que ali circulam. A “requalificação” do espaço público, nesse contexto, pode significar o apagamento de sociabilidades construídas historicamente pelas camadas populares. Leite chama atenção para as fronteiras simbólicas erguidas por essas políticas, que se expressam em normas de uso, estéticas urbanas e dispositivos de controle: “A falsa universalidade do espaço público esconde a segmentação de classe que estrutura os modos de estar e circular na cidade” (Leite, 2008, p. 48).

Diante disso, torna-se ainda mais importante valorizar as práticas informais e criativas que resistem à homogeneização e à exclusão simbólica. O vendedor ambulante, o grupo de jovens com caixa de som, a roda de samba improvisada ou a brincadeira infantil que ocupa a calçada não são apenas manifestações culturais, mas gestos políticos no sentido mais amplo. São formas de afirmação da presença, da legitimidade e da cidadania em territórios onde o poder público muitas vezes só chega pela ausência. Como indica Magnani (2002, p. 22), não se trata de romantizar a precariedade, mas de reconhecer a inteligência cotidiana com que os sujeitos organizam seus espaços, tempos e relações em meio à adversidade.

Essas contribuições teóricas ajudam a construir um olhar mais atento às múltiplas camadas que compõem a vida social nas periferias urbanas, mais especificamente, na Praça do Cristo no bairro Milionários (Barreiro), a seguir abordada. Ao invés de partir da carência, propõe-se aqui partir da potência: daquilo que se cria, se imagina e se sustenta nos interstícios da cidade formal. Entender o espaço público como lugar de conflito e criação, de exclusão e reinvenção, exige uma escuta atenta às práticas, às falas e aos gestos que cotidianamente reconfiguram os sentidos da cidade a partir de suas bordas.

Essas dinâmicas de ocupação e disputa pelo espaço público não podem ser dissociadas das transformações mais amplas no padrão de segregação socioespacial que marca as metrópoles brasileiras. Caldeira (2000), ao identificar três formas históricas de segregação urbana em São Paulo, destaca o surgimento, nas últimas décadas, de um novo padrão articulado à lógica do enclausuramento e da vigilância. Os chamados “enclaves fortificados”,

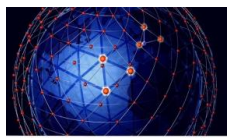


espaços privatizados, fechados e voltados ao consumo, moradia e lazer de setores médios e altos, instauram uma reorganização da vida pública baseada na separação, na exclusão e no medo. “Com a construção de enclaves fortificados, o caráter do espaço público muda, assim como a participação dos cidadãos na vida pública” (Caldeira, 2000, p. 211). Essa arquitetura de exclusão opera uma redefinição dos valores associados à esfera pública moderna, como acessibilidade, encontro e diversidade, substituindo-os por dispositivos de controle, homogeneização e segregação preventiva.

Em paralelo, estudos sobre a hipersegregação das elites metropolitanas revelam o aprofundamento das distâncias simbólicas e materiais entre grupos sociais. A pesquisa conduzida por Mendonça, Andrade e Diniz (2019) na Região Metropolitana de Belo Horizonte demonstra como as áreas centrais se tornaram locus preferencial de investimentos imobiliários de alto padrão, resultando na alta concentração de grupos de status elevado em territórios delimitados e protegidos, mesmo que próximos fisicamente de outras camadas sociais. “O conceito de hipersegregação é utilizado [...] para qualificar a alta concentração dos grupos de mais alto status nas áreas centrais das metrópoles brasileiras” (Mendonça et al., 2019, p. 30). Essa configuração espacial reforça a reprodução das desigualdades, pois a localização se converte em capital simbólico e material, estruturando oportunidades desiguais de acesso à cidade.

Essas disputas se inscrevem, também, naquilo que Rolnik (1989) denominou de “territórios negros urbanos”. Longe de se limitar à ideia de guetos ou de marginalidade espacial, tais territórios expressam uma historicidade própria e uma forma específica de inscrição da presença negra na cidade. Ao analisar os bairros negros em São Paulo e Rio de Janeiro, a autora mostra como o espaço urbano é também uma obra coletiva, “um repertório comum”, construído a partir das experiências, resistências e redes de solidariedade das populações negras (Rolnik, 1989). Essa perspectiva permite compreender que as lutas por moradia, visibilidade e pertencimento não são apenas reações à exclusão, mas formas de agência histórica e produção de sentidos urbanos.

Ao refletir sobre os entrelaçamentos entre identidade e espaço urbano, Costa (2002) adverte contra leituras essencialistas ou fixas das identidades culturais nas cidades contemporâneas. Em vez disso, propõe uma concepção relacional, mutável e situada, na qual

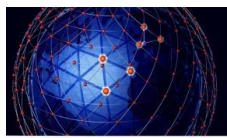


as práticas urbanas, as redes de sociabilidade e os gestos cotidianos contribuem para a construção de identidades plurais e ambíguas. Essa leitura é especialmente frutífera para pensar os espaços públicos das periferias, onde a circulação de sujeitos, culturas e afetos constitui territórios heterogêneos e inacabados. Como aponta o autor, “as identidades culturais são múltiplas e contingentes, mutáveis e contextuais” (Costa, 2002, p. 16), o que demanda uma escuta mais fina e atenta aos modos como os sujeitos urbanos performam e transformam seus pertencimentos a partir das brechas da cidade.

As periferias belo-horizontinas também passaram por processos de constituição de centralidades próprias, articuladas a redes locais de comércio, mobilidade, sociabilidade e circulação cotidiana. Estudos sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte demonstram que as desigualdades urbanas não se expressam apenas pela distância em relação ao centro, mas também pelas condições desiguais de acesso a serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos (Cerqueira, 2021). Nesse contexto, regiões como o Barreiro desenvolveram dinâmicas próprias de pertencimento territorial e uso cotidiano dos espaços públicos, constituindo formas específicas de experiência urbana periférica.

3 ENTRE A HISTÓRIA E O PRESENTE: A PRAÇA DO CRISTO NA REGIÃO BARREIRO EM BELO HORIZONTE

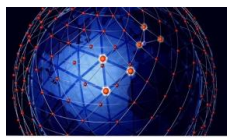
A história da região do Barreiro que completou 170 anos no dia 3 de agosto de 2025 antecede a fundação de Belo Horizonte e revela um processo urbano-social marcado por deslocamentos, resistências e identidades forjadas à margem do planejamento oficial. Com registros históricos datando de 1855, quando a área ainda era ocupada por antigas fazendas, o Barreiro se desenvolveu inicialmente como um espaço rural e periférico, com fortes vínculos com a cultura camponesa e o trabalho agrário. A partir da década de 1950, o território passou por profundas transformações impulsionadas pela instalação da fábrica Mannesmann, atual Vallourec, que atraiu mão de obra operária e contribuiu para a urbanização acelerada da região. A vila operária formada no entorno da indústria se tornou o embrião de uma das mais populosas regiões administrativas da capital mineira. Atualmente, com cerca de 300 mil habitantes distribuídos em mais de 70 bairros e vilas, o Barreiro, caso fosse emancipado, seria a oitava cidade mais populosa de Minas Gerais. Essa trajetória é



acompanhada de um sentimento de pertencimento e orgulho por parte dos moradores, que, apesar das persistentes desigualdades no acesso a serviços públicos e infraestrutura urbana, constroem formas de resistência cotidiana e valorização simbólica de seu território (Abalen; Almeida, 2025). Considerando a escassez de trabalhos acadêmicos especificamente voltados à história da Praça do Cristo, recorreu-se também a reportagens locais, registros memorialísticos e materiais institucionais sobre o Barreiro e a própria praça, tratados aqui como fontes complementares para compreensão de sua historicidade e dos significados sociais atribuídos ao espaço.

Dentro desse processo de formação urbana e identitária, a Praça do Cristo, localizada no bairro Milionários, emerge como um dos marcos simbólicos mais potentes da região. Sua história remonta a 1956, ano de inauguração da estátua do cristo, idealizada pelo italiano Caetano Pirri, um dos primeiros loteadores da área. Pirri articulou a construção do monumento, que remete ao cristo carioca, como forma de demarcar espiritualmente a fundação do bairro Milionários, e o fez mobilizando redes de vizinhança, engenheiros e artistas locais. A escultura em alvenaria, com 11,8 metros de altura e 13,5 metros de envergadura, foi erguida com financiamento de doações da própria comunidade. O engenheiro Domingos Baré realizou os cálculos estruturais, o mestre de obras Raimundo Ribeiro executou o corpo da estátua e o escultor João Scuotto, residente no bairro Havaí, ficou responsável pela modelagem da cabeça e das mãos, que foram produzidas em seu ateliê e transportadas posteriormente ao topo do morro. A imagem foi benzida por Dom Antônio dos Santos Cabral, então arcebispo de Belo Horizonte, em dezembro daquele mesmo ano, durante celebração popular que reuniu centenas de moradores e consolidou a Praça do Cristo como marco inaugural da presença social e simbólica no território (Primo, 2023; Salim, 2023).

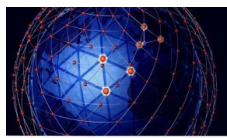
Localizada em um dos pontos mais altos da região do Barreiro (de cima), a Praça do Cristo foi além de um espaço de contemplação religiosa ou um mirante panorâmico. Sua topografia, que permite a visão ampla de boa parte da Zona Sul de Belo Horizonte e das cidades vizinhas como Ibirité e Contagem, serviu, desde a sua fundação, como um marcador comunitário que se expressa pela territorialização da fé, da memória e da pertença. As romarias, rezas do terço, festas de Corpus Christi e vigílias organizadas nas décadas seguintes



ao surgimento do Cristo constituíram um repertório de práticas coletivas que atualizavam o caráter sagrado do espaço, sem dissociá-lo da experiência concreta de viver e resistir na periferia. Relatos de moradores e reportagens locais apontam que, durante décadas, a praça conviveu com ausência de manutenção contínua e baixa presença do poder público, apesar de sua forte centralidade simbólica e comunitária para a região (Salim, 2023). Esse longo intervalo entre sua fundação e qualquer reconhecimento institucional, mais de 60 anos até sua primeira revitalização estrutural, realizada apenas em 2023, revela a desigualdade de tratamento entre os territórios da cidade, bem como o lugar secundário que as periferias ainda ocupam no imaginário urbano oficial.

A revitalização realizada em 2023 pela Prefeitura de Belo Horizonte, em parceria com o Ministério do Turismo, integrou um conjunto de intervenções voltadas à requalificação urbana e ampliação dos espaços de convivência na região do Barreiro (Belo Horizonte, 2023). Envolveu a recuperação do monumento, requalificação do piso em pedra portuguesa, instalação de equipamentos de lazer, pista de caminhada, academia ao ar livre e brinquedos infantis. Também foram feitas adequações de acessibilidade, novos pontos de iluminação e mobiliário urbano, atendendo a reivindicações históricas da comunidade. Contudo, a revitalização física não foi acompanhada por uma política de preservação contínua. Poucos meses após a entrega das obras, moradores já relataram problemas recorrentes como o acúmulo de lixo após festas informais, uso de drogas ilícitas no período noturno, música em volume abusivo e sensação constante de insegurança. Embora a prefeitura alegue realizar a limpeza duas vezes por semana e manter patrulhamento com a Guarda Municipal, a percepção entre muitos frequentadores é de certo abandono, um contraste evidente com o significado e a importância afetiva do espaço para a região (Salim, 2023).

Observa-se, contudo, que algumas características históricas da Praça do Cristo permanecem ao longo do tempo, especialmente sua função como espaço de encontro comunitário, circulação cotidiana e referência simbólica para os moradores da região. Ao mesmo tempo, determinadas transformações revelam mudanças importantes em seus usos e significados. Se nas décadas posteriores à inauguração predominavam práticas mais diretamente associadas à religiosidade popular, como procissões, rezas e celebrações católicas, atualmente a praça abriga formas mais diversificadas de sociabilidade, articuladas

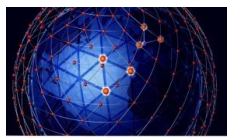


ao lazer juvenil, à economia informal, ao consumo e às práticas culturais urbanas contemporâneas. Essas continuidades e mudanças demonstram que o espaço público periférico não permanece estático, sendo constantemente ressignificado pelas dinâmicas sociais e geracionais que atravessam o território.

Nesse sentido, a proposta de criação de uma feira regional aos domingos, com cerca de trinta barracas de artesanato, culinária, plantas e produtos locais, ganha força com a recente iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte, que lançou um edital público com chamamento para novas feiras em diversas regiões da cidade, incluindo as periferias. A medida integra a política municipal de fomento à economia urbana e ao uso qualificado do espaço público, conforme detalhado no site oficial da Secretaria Municipal de Política Urbana (PBH, 2024). Neste contexto, a feira se insere não apenas como estratégia econômica, mas como um vetor simbólico de revalorização da Praça do Cristo enquanto território de encontro, circulação comunitária e afirmação da cultura local. As tensões que atravessam a praça, entre abandono e pertencimento, entre sacralização e degradação, entre o planejamento estatal e a apropriação popular, evidenciam a complexidade dos usos e sentidos atribuídos ao espaço público nas bordas urbanas. O que se reivindica ali vai além da limpeza ou da manutenção física do lugar: trata-se da legitimação de um território marcado por vínculos afetivos e coletivos, que exige visibilidade, dignidade e cuidado por parte do poder público e da sociedade.

Assim, dou prosseguimento com uma etnografia de curta duração realizada no local na segunda quinzena de julho de 2025, que buscou captar as interações e funcionamento da praça em dias diversos da semana, revelando algumas dinâmicas sociais, afetivas e outras que compõem esse espaço para além dos discursos oficiais. Trata-se de uma aproximação sensível ao vivido, que permite tratar a Praça do Cristo para além de um marco geográfico e turístico, mas como lugar de encontro, expressão comunitária e produção de sentidos coletivos no Barreiro.

Essa sensibilidade, na prática de campo, não significou uma imersão passiva, mas um esforço deliberado de estranhamento e escuta atenta aos gestos miúdos que compõem a trama do cotidiano. Cheguei à Praça do Cristo disposto a observar não apenas o que saltava aos olhos - a estátua, o movimento, os equipamentos, mas também aquilo que se insinua nas



bordas: as breves pausas, os olhares de reconhecimento entre desconhecidos, a ocupação silenciosa dos bancos por quem não consome, a sujeira que denuncia o uso intenso e a limpeza insuficiente. Cada visita foi, assim, uma tentativa de captar o que Magnani (2002) chamaria de "circuitos" e "manchas" urbanas, ou seja, os padrões de uso que só a observação repetida em diferentes temporalidades consegue revelar. A curta duração da etnografia, reconhecida como limite, foi também uma aposta metodológica: menos na exaustividade e mais na intensidade e na dispersão controlada dos horários, para flagrar a praça em seus estados plurais, de festa e de silêncio, de cuidado e de abandono.

Com o objetivo de compreender, de forma exploratória, as dinâmicas cotidianas, realizei algumas visitas ao local em diferentes dias e horários, buscando captar a diversidade de usos e atmosferas que ali se manifestam. Estive na praça em um domingo à tarde, no dia 20 de julho, por volta das 17h; retornei na quarta-feira, dia 23, por volta das 13h; no sábado seguinte, 26 de julho, voltei ao local também à tarde, por volta das 13h; na manhã da terça-feira, 29 de julho, compareci novamente, por volta das 8h; e, por fim, realizei uma última visita noturna na quarta-feira, 30 de julho, às 20h30. Embora não tenha feito uso de entrevistas ou conversas sistemáticas com frequentadores, nem seguido um protocolo etnográfico rígido e prolongado, a intenção foi construir uma aproximação qualitativa capaz de captar diferentes usos, fluxos e ambiências da praça em momentos distintos da semana. Reconhece-se, contudo, que a incorporação de relatos orais e permanências mais extensas em campo poderia ampliar a compreensão sobre os sentidos de pertencimento, memória e uso atribuídos ao espaço por seus frequentadores.

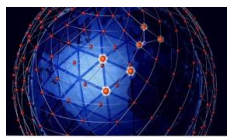
Antes mesmo de me aproximar do monumento no primeiro dia, o que me chamou a atenção foi o modo como a praça se anuncia pelo som. Em um domingo, ainda subindo a rua de acesso, já era possível ouvir a sobreposição de músicas: um funk pesado vindo de um carro estacionado, o rock mais contido do bar temático e, ao fundo, o grito de crianças que brincavam no parquinho. Essa polifonia, que poderia ser lida como caos ou poluição sonora por uma perspectiva normativa, logo se mostrou para mim como o primeiro indicador etnográfico de que a praça é, antes de tudo, um território de coexistência tensa e vibrante. Não se tratava de uma desordem qualquer, mas de uma outra ordem, construída pelos próprios usuários a partir de seus repertórios culturais e geracionais. A pergunta que me



orientou, então, não foi "que espaço é este?", mas "como este espaço é produzido e vivido nas práticas ordinárias de quem o frequenta?" Ao chegar efetivamente à praça no bairro Milionários naquele domingo, 20 de julho, por volta das 17h, e permanecendo até às 21h, a movimentação intensa confirmou e ampliou essa primeira impressão: o espaço apresentava uma densidade social que não se reduz à sua infraestrutura. Crianças brincavam descalças em liberdade, pipas eram levantadas, famílias se espalhavam pelos bancos próximos ao monumento. Essa vitalidade me confrontou com meu próprio olhar, ainda contaminado por discursos que reduzem periferias ao déficit. A Praça do Cristo não exibia carência, mas uma forma específica de abundância: de corpos, de sons, de afetos e de usos concorrentes sobre o mesmo solo. Como propõe D'Andrea (2020), é preciso reconhecer essa experiência periférica como lugar de enunciação legítima e produtora de saberes, práticas e estilos de vida próprios.

A praça se revela como território de circulação e permanência, de encontro e pertencimento. Crianças pequenas dividem o parquinho instalado pela prefeitura com bicicletas, patins, bolas de futebol e jogos improvisados, como a amarelinha desenhada no chão. Esses elementos, longe de serem apenas atividades lúdicas, traduzem a apropriação criativa e espontânea do espaço público. Elas apontam para formas de resistência ao enclausuramento das infâncias periféricas e expressam uma forma urbana de interação. Há ali um caráter comunitário que se estabelece a partir do brincar livre, da informalidade e da ausência de cercas simbólicas ou materiais que separem os corpos infantis ou outros. Essas formas de apropriação reforçam a compreensão do espaço público como campo relacional e não apenas como infraestrutura urbana. Mais do que cenário físico, a praça opera como território de sociabilidade cotidiana, onde diferentes sujeitos constroem vínculos, reconhecimentos mútuos e formas de pertencimento, em diálogo com a perspectiva de Magnani (2002) sobre os circuitos urbanos produzidos pelas práticas ordinárias.

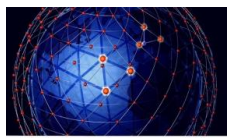
A diversidade etária e social é um dos aspectos mais marcantes da paisagem da praça. Observam-se jovens acompanhados de amigos, familiares ou filhos pequenos, casais adolescentes, adultos (sozinhos ou em grupos) e idosos, inclusive cadeirantes. Todos compartilham o espaço em diferentes tempos e ritmos. Também chama atenção a presença de pessoas em situação de vulnerabilidade (duas foram percebidas) o que reforça que a praça é, simultaneamente, um espaço de convivência e de expressão das desigualdades sociais.



Ainda assim, naquele contexto específico, essas desigualdades parecem ser atenuadas por interações cotidianas: são homens e mulheres que se conhecem, se cumprimentam, dividem a sombra das árvores, os bancos de cimento, o açaí ou a cerveja. Ademais, nos outros dias observados essa variedade na ocupação também foi percebida, ainda que houvesse um número muito menor de pessoas no espaço.

Há uma dinâmica econômica evidente que se costura ao tecido social observado. Carrinhos de pipoca, vendedores de balões, cama elástica paga, motoboys apressados com entregas de açaí (um comércio muito movimentado na região) compõe um espaço economicamente ativo. A presença de bares com diferentes perfis, da espeteria mais simples ao bar temático de rock, frequentado por um público mais com roupas características do estilo, de meia idade, incluindo motoqueiros, introduz uma segmentação sutil na ocupação do espaço. Esses lugares agregam públicos distintos, que, embora compartilhem o território, nem sempre compartilham os mesmos códigos de convivência ou modos de expressão. A presença simultânea de lazer, comércio informal e circulação cotidiana também evidencia a sobreposição de funções que caracteriza muitos espaços públicos periféricos. Nessas territorialidades, as fronteiras entre trabalho, convivência e permanência tornam-se mais fluidas, revelando formas urbanas de organização que escapam às concepções tradicionais de planejamento e uso formalizado da cidade.

O som alto dos carros rebaixados que circulam a praça com certa frequência, geralmente tocando funk, contrasta com o bar de rock acima mencionado. A trilha sonora da periferia se impõe ao espaço urbano, desafiando normas de silêncio e ordem que costumam ser associadas ao que se considera “civilizado” nos discursos hegemônicos sobre o espaço público. Essa musicalidade, não deve ser entendida como ruído, constitui um elemento central da performance urbana de jovens periféricos, que ali reatualizam práticas de expressão. Ela convive com o som mais contido vindo de outros bares, produzindo uma paisagem sonora heterogênea, que traduz a pluralidade de subjetividades presentes. Leite (2008) alerta que as tentativas de “qualificar” o espaço público muitas vezes operam através da exclusão de expressões como essa, erguendo fronteiras simbólicas contra determinados usos populares. Essa coexistência de códigos culturais distintos evidencia que o espaço público periférico não é homogêneo, mas atravessado por disputas simbólicas sobre

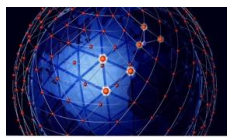


legitimidade, visibilidade e modos de ocupar a cidade. Nesse sentido, a praça revela aquilo que Andrade e Baptista (2015) identificam como uma característica constitutiva do espaço público: sua dimensão conflitiva e imprevisível, marcada pela convivência entre usos, práticas e sensibilidades diversas.

O espaço físico da praça, com sua pista de caminhada, arborização, bancos distribuídos ao redor do Cristo, oferece uma estrutura que facilita a permanência, mas é o uso social que verdadeiramente a ativa. A prática da caminhada por parte de moradores mais velhos, o passeio com cães, o carrinho de bebê empurrado lentamente por famílias, tudo indica que não se trata apenas de um lugar de passagem, mas um campo de experiências relacionais e afetivas. A presença de ônibus circulando ao redor (linhas 318 e 208), bem como a concentração de carros populares e motos, sugere que a praça também funciona como centralidade para o bairro, sendo ponto de convergência tanto física quanto simbólica.

Há também uma dimensão estética que chama atenção. Os trajes informais: roupas leves, chinelos, cabelos presos de maneira prática, revelam códigos culturais amplamente compartilhados, característicos de momentos de lazer e descanso típicos dos fins de semana. Ao lado deste código mais cotidiano que representa a maioria, observa-se também a presença de pessoas com trajes mais elaborados: maquiadas, com roupas mais elaboradas e acessórios, que podem indicar que, para algumas delas, a praça é também um espaço de lazer planejado, de socialização e, por vezes, de sedução. É onde se encontram para namorar, para ver e ser vistos, para afirmar estilos, gostos e identidades. Essa convivência entre diferentes modos de apresentação sugere uma ambiguidade interessante: entre o cotidiano e o especial, entre o sentimento de pertencimento e a busca por distinção.

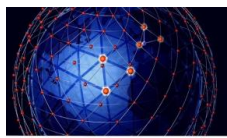
O campo etnográfico, portanto, não oferece uma imagem linear ou idealizada. Ao contrário, ele restitui a complexidade dos modos de estar e fazer cidade nas periferias urbanas, onde as fronteiras entre lazer, comércio, convivência e sobrevivência se entrelaçam constantemente. A Praça do Cristo se revela, nesse sentido, como um microcosmo das dinâmicas sociais mais amplas que marcam o cotidiano das populações periféricas de Belo Horizonte. Um espaço em que o público e o privado se entrelaçam, no qual intervenções estatais, como a instalação de brinquedos e equipamentos de lazer pela prefeitura, convivem com formas cotidianas de apropriação produzidas pelos próprios frequentadores. Assim, a



vitalidade da praça não decorre apenas de sua infraestrutura urbana, mas também das práticas sociais, afetivas e culturais que continuamente atribuem sentido ao espaço.

Retornei à praça na quarta-feira, dia 23, por volta das 13h, e encontrei um ambiente de movimentação mais contida do que nos fins de semana, mas nem por isso menos revelador. Se no domingo a praça era palco de uma sociabilidade expansiva e festiva, na quarta-feira ela se apresentava como extensão do cotidiano laboral e doméstico. Nas áreas sombreadas, algumas pessoas descansavam em silêncio, um corpo estirado no banco com uma mochila servindo de travesseiro, sugerindo menos lazer do que sobrevivência. Um casal de adolescentes dividia um lanche em um dos bancos, conversando baixo. Trabalhadores da limpeza urbana, uniformizados, conversavam em um intervalo que parecia habitual, seus carrinhos de coleta estacionados ao lado. Um pouco mais adiante, duas mulheres com uniformes de uma clínica tomavam sorvete sentadas na mureta, rindo de algo que não pude ouvir. A praça não estava cheia, mas era continuamente atravessada por presenças breves, porém constantes.

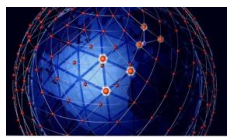
Um senhor empurrava uma bicicleta carregada com sacolas plásticas e parou por alguns instantes sob uma sombra, enxugando o suor do rosto com a camisa, antes de seguir caminho. Um entregador estacionou a moto junto ao canteiro, desligou o motor e sentou no chão para beber água, o celular apoiado na coxa. Ao fundo, um cachorro vira-lata circulava o espaço com desenvoltura, seguido de perto por seu tutor, que caminhava devagar, sem pressa. O que observei ali não era a praça do ócio programado, mas a praça dos intervalos forçados e das pausas conquistadas: trabalhadores que tinham 15 minutos para si, moradores que usavam o espaço como passagem ou como banco de espera. Os deslocamentos eram pontuais, mas compunham uma paisagem de usos breves que, justamente por sua fugacidade, revelavam a centralidade da praça na organização do dia a dia periférico. Ao redor, nas casas que margeiam a praça, moradores se movimentavam como em qualquer dia comum: alguém lavava a calçada com mangueira, outro saía com uma sacola de compras, portões entreabertos deixavam ver o interior das salas. Essa imbricação entre o espaço público e o tempo doméstico, entre a rua e a casa, evoca a proposta de Magnani (2002), para quem a cidade deve ser observada a partir dos circuitos informais e das práticas cotidianas que estruturam os espaços de forma viva, muito além dos projetos urbanísticos.



No sábado seguinte, 26 de julho, por volta das 15h, a praça apresentava um uso mais esparsos e tranquilo, um contraste interessante com o domingo movimentado e com a quarta-feira laboral. Poucas pessoas circulavam, e aquelas que estavam ali caminhavam devagar, sem a urgência que marcava os trabalhadores de meio de semana. Algumas sentavam nos bancos para descansar ou simplesmente ficavam olhando ao redor, numa espécie de pausa silenciosa que parecia menos um intervalo entre tarefas do que um fim de semana sem pressa. Vi algumas crianças jogando futebol improvisado em um dos cantos da praça, sem supervisão direta de adultos, brincando à vontade naquele espaço que elas já conheciam bem, uma apropriação infantil que revelava confiança no território e autonomia rara em áreas mais vigiadas da cidade. O comércio próximo, como a banca de açaí, ainda não estava cheio, mas já tinha alguma movimentação, principalmente por conta dos entregadores que chegavam e saíam com pedidos, as motos estacionadas em cima da calçada. Não havia som alto nem qualquer evento acontecendo, o que produzia uma sensação de calma e desaceleração.

Esse momento da tarde parecia mesmo um intervalo coletivo, uma espécie de respiro entre o almoço e o começo da movimentação noturna de fim de semana. A praça seguia sendo usada, mas de forma discreta: alguns idosos caminhavam pela pista, um jovem com fones de ouvido corria sem se importar com os poucos olhares ao redor, um pai empurrava o carrinho de bebê enquanto falava ao celular. O que essa ocupação mais calma me mostrou foi que a vitalidade do espaço público não se mede apenas pela quantidade de gente ou pela intensidade sonora, mas também por esses momentos de baixa densidade, em que o uso é menor, porém ainda assim dotado de sentido e valor para quem frequenta. A praça, mesmo mais vazia, continuava sendo um ponto de referência, um lugar onde se pode simplesmente estar sem precisar consumir ou performar.

Na manhã de terça-feira, dia 29 de julho, por volta das 8h, o perfil dos frequentadores era bastante específico e contrastava com todos os outros momentos observados. A circulação era majoritariamente composta por pessoas mais velhas, especialmente idosos que já pareciam familiarizados entre si, formando pequenos circuitos de conversa e companhia que se repetiam nos mesmos bancos, nos mesmos trechos da pista de caminhada. Algumas senhoras chegavam com roupas apropriadas para a prática de caminhada leve: tênis de solado claro, bermudas ou leggings, garrafinhas de água na mão e bonés para proteger do sol. A ida



à praça, naquele horário, parecia algo rotineiro e disciplinado, um hábito incorporado, quase um rito matinal. Em um banco próximo à pista, duas mulheres conversavam de forma despreziosa, tagarelando sobre vizinhos e novelas, talvez moradoras do entorno que ali se encontravam todos os dias. Em outra extremidade, uma jovem com fones de ouvido ocupava o espaço de forma mais introspectiva, alongando-se em um canto ensolarado, completamente alheia ao movimento lento ao seu redor. A praça, nesse horário, misturava pausas e deslocamentos: moradores que atravessavam a área rumo ao ponto de ônibus, passos apressados de quem está atrasado para o trabalho; trabalhadores da construção civil passavam por ali com suas marmitas na mão; uma senhora parou para amarrar o sapato antes de iniciar sua volta.

A praça funcionava, naquela manhã, como uma extensão do cotidiano doméstico, quase como uma sala de estar externa para muitos dos que ali estavam. Algo, porém, chamava minha atenção de forma incômoda: vestígios do final de semana anterior ainda podiam ser vistos no chão, como copos plásticos amassados, bitucas de cigarro espalhadas, embalagens de salgadinho, até cacos de vidro próximo a um dos bancos. Esses resíduos compunham um registro dos usos passados do espaço, que não coincidiam com a ocupação atual, majoritariamente idosa e zelosa. Era como se duas temporalidades e dois modos de usar a praça se sobrepusessem no mesmo território: a festa noturna dos jovens e a caminhada matinal dos idosos, cada um reivindicando à sua maneira o direito à cidade. Por volta das 9h, houve um aumento visível da presença, especialmente na pista de caminhada e na academia ao ar livre, onde pequenos grupos já se revezavam nos aparelhos, num uso que misturava saúde, sociabilidade e disputa silenciosa por equipamentos.

A observação realizada na noite de quarta-feira, 30 de julho, por volta das 20h30, revelou uma configuração marcada por nuances visuais e sensoriais distintas de todas as visitas diurnas. A iluminação pública se mostrava funcional, mas desigual: concentrada sobretudo na parte central da praça, onde está o monumento do Cristo, criando uma área de maior visibilidade e sensação de segurança. Já as extremidades do espaço, com os bancos mais afastados, produzindo uma geografia noturna do acolhimento e do evitamento. A temperatura mais baixa, típica do inverno belo-horizontino, também parecia influenciar a movimentação reduzida, ainda que constante. Pequenos grupos utilizavam o espaço sem pressa, de forma



dispersa, cada qual ocupando seu próprio nicho luminoso. Ao longo da permanência no local, foi possível identificar usos diversos e sutis. Um casal ocupava a base do monumento, sentados no degrau, com gestos de intimidade contidos, com ela recostada no ombro dele, ele com o braço envolvendo suas costas. Dois homens conversavam de pé, próximos à pista de caminhada, gesticulando com animação, num clima de descontração que sugeria velhos conhecidos reencontrando-se após o trabalho. Um pai empurrava o carrinho da filha pequena em ritmo calmo, a criança já dormindo, ele caminhando em círculos como se aquela fosse sua única janela de descanso no dia. Três jovens mulheres, ao chegarem de carro, seguiram diretamente para a banca de açaí e se sentaram num dos bancos mais iluminados, próximas ao monumento, rindo e tirando selfies.

Apesar da ausência de grandes grupos ou eventos programados, a praça seguia sendo ocupada como lugar de encontro, descanso e sociabilidade cotidiana, ainda que em menor escala e com outra intensidade afetiva. Nos arredores, a rotina noturna seguia seu curso. O motoboy do açaí fazia entregas com agilidade, o motor da moto aquecendo em marcha lenta enquanto consultava o celular. Alguns carros passavam de maneira espaçada, a maioria populares e com som ambiente, não mais o funk alto do domingo. A linha 318 ainda operava, um ou outro passageiro descendo e atravessando a praça em direção às casas. O bar de rock, fechado naquela noite, contrastava com o vai e vem discreto do entorno, sua fachada escura e as cadeiras empilhadas sugerindo um dia de folga. O que mais chamava atenção, no entanto, era a sujeira acumulada: copos plásticos, latas amassadas, embalagens de salgadinho, bitucas de cigarro, até cacos de vidro espalhados em áreas próximas aos bancos e jardins, apesar das lixeiras estarem ali, visíveis e parcialmente vazias. Essa cena evidenciava uma ação de limpeza municipal descontínua, incapaz de lidar com o uso recorrente e intenso do espaço, um descaso que contrastava com o carinho que os frequentadores, em sua maioria, demonstravam pelo local. A sujeira, ali, não era apenas falta de zelo do poder público, mas também um rastro visível da apropriação popular: quanto mais usada a praça, mais ela sujava, e quanto mais suja, menos o poder público parecia disposto a cuidar dela. Uma contradição que resumia, em pequena escala, a relação tensa entre a periferia e o Estado.

Portanto, esse conjunto de observações, distribuídas em diferentes dias e horários, evidencia que a Praça do Cristo não possui uma única identidade fixa, mas se apresenta como

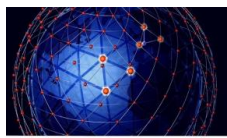


um espaço cujos sentidos são continuamente redefinidos pelas práticas que ali se desenrolam. Longe de ser um mero cenário físico, a praça se mostrou, ao longo da semana, como um território plástico, ativado por lógicas que variam conforme o dia, a hora, a temperatura e aspectos subjetivos como a percepção de segurança e pertencimento. No domingo à tarde, predominou uma sociabilidade expansiva e festiva, marcada pela ocupação lúdica das crianças, pelo comércio informal e pela polifonia musical que traduzia a coexistência de diferentes repertórios culturais. Na quarta-feira de tarde, a mesma praça assumiu contornos mais contidos, revelando-se como extensão do cotidiano laboral. No sábado, a calma da tarde evidenciou que a vitalidade do espaço público não se mede apenas pela intensidade da ocupação, mas também pela possibilidade de um uso esparso, discreto e ainda assim significativo. Na manhã de terça, a praça foi tomada por uma temporalidade distinta. Já na noite de quarta, a iluminação desigual produziu uma geografia noturna do acolhimento e do evitamento.

Mais do que simples variações de fluxo, essas diferenças revelam a plasticidade do espaço público periférico, constantemente redefinido pelas práticas sociais que nele se desenvolvem. O que os diferentes momentos observados têm em comum não é um padrão uniforme de uso, mas justamente a capacidade da praça de acolher, em tempos e intensidades distintas, múltiplas formas de lazer, circulação, economia informal, convivência e permanência, todas coexistindo de modo relacional, ainda que por vezes tenso. A Praça do Cristo não é, portanto, apenas um equipamento urbano ou um monumento esporadicamente visitado. Ela se afirma, nas entrelinhas do cotidiano periférico, como uma centralidade viva: ponto de referência para o encontro afetivo, o descanso do trabalhador, o brincar autônomo das crianças, a sociabilidade juvenil e o rito matinal dos idosos. É nessa plasticidade, nessa capacidade de ser muitos lugares em diferentes horas, que reside sua potência como espaço público na periferia de Belo Horizonte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da Praça do Cristo permitiu compreender que os espaços públicos periféricos não se reduzem à sua dimensão física nem à lógica da precariedade urbana. As

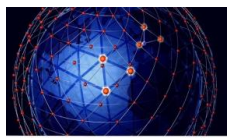


observações realizadas em diferentes dias e horários mostraram que a praça constitui um território socialmente produzido pelas práticas cotidianas de seus frequentadores, atravessado por relações de pertencimento, circulação, lazer, trabalho informal, afetividade e convivência comunitária. Mais do que um equipamento urbano, a praça se revela como uma centralidade periférica viva, marcada pela pluralidade de usos e pela coexistência de diferentes temporalidades, sociabilidades e formas de apropriação do espaço.

Ao longo da pesquisa, tornou-se possível perceber que a experiência urbana nas periferias se constrói de maneira mais complexa do que frequentemente sugerem os discursos estigmatizantes sobre esses territórios. Embora as periferias sejam constantemente associadas, no imaginário urbano e midiático, à violência, à ausência e à desordem, a observação da Praça do Cristo revelou um espaço marcado também por vínculos comunitários, redes de convivência e usos cotidianos que reafirmam a legitimidade da presença e da permanência desses sujeitos na cidade. Nesse sentido, a noção de estigma territorial discutida por Wacquant (2006) e Kessler (2012) contribui para compreender como determinadas imagens negativas atribuídas às periferias tendem a obscurecer a densidade social e cultural que estrutura esses espaços.

As observações também demonstraram que a Praça do Cristo articula continuidades e transformações ao longo do tempo. Se historicamente o espaço esteve fortemente associado às práticas religiosas e à constituição simbólica do bairro Milionários, atualmente abriga usos mais diversos, relacionados ao lazer juvenil, à circulação cotidiana, ao comércio informal, às práticas esportivas e aos encontros afetivos. Essa permanência da praça como referência comunitária, mesmo diante das mudanças em seus modos de ocupação, evidencia que os espaços públicos periféricos são constantemente ressignificados pelas dinâmicas sociais, geracionais e culturais que atravessam a vida urbana contemporânea.

A pesquisa reforça a importância de compreender o espaço público a partir das práticas concretas que o produzem cotidianamente. Em diálogo com a perspectiva de Magnani (2002), foi possível perceber que os sentidos da praça não decorrem apenas de sua estrutura urbana, mas sobretudo dos fluxos, encontros, permanências e circuitos sociais que ali se desenvolvem. As crianças brincando, os grupos de jovens ocupando os bancos, os idosos caminhando, os vendedores ambulantes e os frequentadores dos bares compõem, juntos, uma



paisagem urbana marcada por usos múltiplos e pela constante negociação dos sentidos do espaço público.

Portanto, compreender a Praça do Cristo significa reconhecer que as periferias urbanas não devem ser analisadas exclusivamente pela lógica da falta ou da marginalidade, mas também pela potência das relações sociais, culturais e afetivas que produzem cotidianamente seus territórios. Ao lançar luz sobre as dinâmicas de um espaço público periférico no Barreiro, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre as formas contemporâneas de viver, ocupar e significar a cidade, evidenciando que os espaços periféricos constituem não apenas áreas atravessadas por desigualdades, mas também lugares fundamentais de criação de vínculos, memória coletiva e afirmação da vida urbana.

REFERÊNCIAS

ABALEN, Isabela; ALMEIDA, Maria Cecília. Barreiro 170 anos: Cristo que abençoa os ‘Milionários’ e ‘Casa do Prefeito’; conheça mais da região. **O Tempo**, Belo Horizonte, 3 ago. 2025. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/2025/8/3/barreiro-170-anos-cristo-que-abencoa-os-milionarios-e-casa-do-prefeito-conheca-mais-da-regiao>. Acesso em: 18 set. 2025.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; BAPTISTA, Luís Vicente. Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 29, p. 129-146, 2015. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1300/1141>. Acesso em: 18 set. 2025.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução Frank d’Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Editora 34, 2000.

CERQUEIRA, Eugênia Dória Viana. Mobilidade e desigualdades de acesso aos serviços urbanos nas periferias de Belo Horizonte: um estudo qualitativo. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 66, p. 702-723, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2021v31n66p702>. Acesso em: 13 maio 2026.

COSTA, António Firmino da. Identidades culturais urbanas em época de globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 15-28, fev. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100002>. Acesso em: 22 ago. 2025.



D'ANDREA, Tiaraju Pablo. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19-36, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300202000010005>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FERNANDES, Patrícia Capanema Alvares. A fundação de Belo Horizonte: ordem, progresso e higiene, mas não para todos. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 1061-1084, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5210.e>. Acesso em: 13 maio 2026.

KESSLER, Gabriel. Las consecuencias de la estigmatización territorial. Reflexiones a partir de un caso particular. **Espacios en Blanco: Revista de Educación**, Tandil (Argentina), v. 22, p. 165-198, jun. 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384539804007>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LEITE, Rogério Proença. Localizando o espaço público: gentrification e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 83, p. 35-54, 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.436>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>. Acesso em: 24 ago. 2025.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Hipersegregação das elites metropolitanas brasileiras na década de 2000: interpretações a partir da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 21, n. 44, p. 29-53, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4402>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MIRANDA-RIBEIRO, Adriana; GARCIA, Ricardo Alexandrino. Segregação socioespacial em Belo Horizonte: uma aplicação de modelos difusos. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 89-103, 2004. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-549X..13188>. Acesso em: 13 maio 2026.

PRAÇA do Cristo, no Barreiro, é revitalizada e ganha novos espaços de convivência. Belo Horizonte: **Prefeitura de Belo Horizonte**, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/praca-do-cristo-no-barreiro-e-revitalizada-e-ganha-novos-espacos-de-convivencia>. Acesso em: 13 maio 2026.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura de Belo Horizonte. Feiras regionais. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/feiras>. Acesso em: 7 set. 2025.

PRIMO, Helder. Cristo Redentor de BH. **Helder Primo**, 8 out. 2020. Disponível em: <https://helderprimo.com.br/cristo-redentor-de-bh/>. Acesso em: 18 set. 2025.



ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-28, set. 1989.

SALIM, Julia. O Cristo Redentor de Belo Horizonte. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2023/11/6660133-o-cristo-redentor-belo-horizontino.html>. Acesso em: 18 set. 2025.

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 16, p. 27-39, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=426539975003>. Acesso em: 21 ago. 2025.